

CIDADANIA DIGITAL NO BAIXO AMAZONAS: CONECTIVIDADE E NARRATIVAS AUTÔNOMAS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS¹

DIGITAL CITIZENSHIP IN THE LOWER AMAZON REGION: CONNECTIVITY AND AUTONOMOUS NARRATIVES IN RIVERSIDE COMMUNITIES

Evandro J. M. Laia

Universidade Federal de Ouro Preto, Università di Roma La Sapienza

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8463-3176>

Marina Magalhães de Moraes

Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal do Amazonas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1124-8269>

DOI: 10.9771/contemporanea.v23i1.65010

RESUMO:

Este estudo investiga as condições de conectividade, bem como as possibilidades e os desafios para a promoção de narrativas autônomas em plataformas digitais, em duas comunidades ribeirinhas localizadas na região do Baixo Amazonas, no estado do Amazonas, Brasil: a comunidade indígena Nova Alegria, do povo Sateré-Mawé, e a comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri. A pesquisa foi desenvolvida na interface entre investigação acadêmica e atividades de extensão universitária, no período de agosto de 2022 a fevereiro de 2024, fundamentando-se nos conceitos de net-ativismo e cidadania digital. Foram analisadas as dinâmicas comunicacionais a partir de uma perspectiva digital, com ênfase na relação entre o acesso tecnológico e as práticas sociais. O projeto foi estruturado em três etapas: 1) mapeamento e estabelecimento de contato com as comunidades; 2) realização de visitas de campo e aplicação de questionários; e 3) organização de oficinas e diagnóstico do acesso à internet. Por fim, os resultados obtidos permitiram ampliar a compreensão do conceito de conexão na Amazônia, indo além do acesso à internet, ao incorporar dimensões sociais, culturais e tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação digital, indígenas, quilombolas, net-ativismo, digitalização

ABSTRACT:

This study explores connectivity conditions, alongside the opportunities and challenges of fostering autonomous narratives on digital platforms, within two riverside communities in the Lower Amazon region of the Brazilian state of Amazonas: the Nova Alegria Indigenous community of the Sateré-Mawé ethnic group and the Santa Tereza do Matupiri quilombola community. The research, combining academic inquiry and university extension activities, was conducted from August 2022 to February 2024, through the analytical lens of net-activism and digital citizenship. Communication dynamics were examined from a digital perspective, focusing on the interplay between technological access and social practices. The project was structured into three stages: 1) mapping and establishing contact with the communities; 2) conducting field visits and administering questionnaires; and 3) organizing workshops and diagnosing internet accessibility. Ultimately, the findings challenge conventional notions of connectivity by expanding the concept of connection in the Amazon to encompass social, cultural, and technological dimensions beyond mere internet access.

KEYWORDS: Digital communication, Indigenous people, quilombolas, net-activism, digitalization.

INTRODUÇÃO

Os povos originários do Brasil têm se conectado às redes digitais e experimentado, a partir da digitalização, um processo de apropriação de tecnologias que amplificam as redes territoriais tecidas desde tempos imemoriais. Essa experiência cria novos modos de tradução e visibilidade de culturas e saberes locais, forjando as condições para experiências inovadoras de net-ativismo (Di Felice, 2017) a partir das plataformas de redes sociais (Di Felice; Pereira, 2017). Ainda que inseridas em um modelo de negócios que centraliza poder e governança global, as plataformas digitais, geridas pelas gigantes da tecnologia, ecoam, pelas frestas, vozes pouco visibilizadas ou mesmo excluídas pela mídia hegemônica, cujas narrativas historicamente geraram um imaginário sobre aqueles que estavam fora do seletor “clube da humanidade” (Krenak, 2019, p.14).

Assim, as plataformas digitais também funcionam como um espaço para a reverberação de vozes que, até então, não acessavam os meios para produção e disseminação de narrativas e, exatamente por isso, eram traduzidas apenas por aqueles que tradicionalmente ocupavam os lugares de mediadores. Este artigo apresenta as possibilidades e os

desafios para a produção de narrativas autônomas (Laia, 2023) em plataformas digitais, por comunidades ribeirinhas na região do Baixo Amazonas, polarizada pelo município de Parintins, no estado do Amazonas, ilha situada a 369 quilômetros da capital, Manaus. É nesse contexto que se desenvolveu o projeto Cidadania Digital, sediado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM, Campus Parintins), em uma interface entre pesquisa e extensão universitária, no período de agosto de 2022 a fevereiro de 2024.

É preciso, nesta introdução, apresentar uma importante premissa que guia o projeto. A palavra “digitalização”, repetida algumas vezes neste texto, trata, de acordo com André Lemos (2021), do processo de conversão do objeto analógico em digital, que teve início com o avanço da microinformática, entre os anos de 1970 e 1990. O que vivemos mais recentemente, de acordo com o autor, é o processo de “dataficação”, que está um passo à frente do anterior e se constitui a partir de métodos de coleta, processamento e tratamento de dados por grandes plataformas digitais, para produzir diagnósticos com o intuito de realizar previsões.

Mesmo que processos de digitalização continuem a acontecer (criar um website, quantificar o número de passos de uma pessoa por dia, transformar um livro impresso em e-book, entre outros), eles estão inseridos em procedimentos algorítmicos mais amplos de tratamento e captação de dados (Big Data, machine learning) (LEMOS, 2021, p.194).

Assim, a partir da definição de Lemos (2021), entendemos que a presença dos povos originários na internet constitui-se como uma digitalização desta segunda fase, já inserida no processo de dataficação da vida, fruto da plataformização, ou seja, da “penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida”, acompanhada da “reorganização de práticas e imaginários culturais em torno dessas plataformas” (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020, p.5). Assim, trata-se de um processo que vai além da dimensão técnica: envolve infraestruturas de dados, mercados multilaterais e formas de governança, mas também práticas culturais que moldam e são moldadas por essas plataformas, um fenômeno que transforma profundamente a organização da vida social.

Portanto, embora onipresentes na vida cotidiana das mais diferentes partes do globo, a plataformização e a dataficação não são questões que orientam diretamente as nossas reflexões neste texto. Um dos motivos para isso é a baixa qualidade de acesso à internet em áreas remotas do Brasil. No que se refere às comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas do Baixo Amazonas, com as quais convivemos, em alguns casos, sequer

é possível acessar a rede mundial de computadores, como mostram as informações obtidas no trabalho de campo desenvolvido em duas comunidades apresentadas neste artigo. Embora os pesquisadores tenham se surpreendido com a total ausência de sinal de internet em localidades relativamente próximas do núcleo urbano de Parintins - e até mesmo dentro da própria cidade -, isso também não foi, de todo, uma novidade.

Questões bem parecidas emergiram a partir de pesquisas bibliográficas sobre acesso de populações indígenas à internet. Martinez Dominguez e Gomez Navarro (2024), que observam a exclusão digital da população indígena do estado de Oaxaca, no México, afirmam que o principal motivo pelo qual áreas remotas, territórios indígenas e comunidades ribeirinhas não têm dispositivos digitais e não contratam serviços de internet é devido à falta de recursos financeiros para esse tipo de consumo. Além de difícil, é caro disponibilizar, nesses territórios, estruturas de conexão como antenas e satélites.

O acesso de populações indígenas às telecomunicações é um desafio devido às suas características relacionadas à geografia e à topografia acidentada, à baixa densidade populacional e ao isolamento das localidades, que impossibilitam o fornecimento de infraestrutura tecnológica (Martinez Dominguez; Gomez Navarro, 2024, p.251, tradução nossa).

Portanto, foi a partir desse ponto de partida que também mapeamos a condição de conectividade nessas comunidades, fundamental para a produção de narrativas autônomas, em duas destas experiências: as narrativas dos povos Sateré-Mawé, com a realização de incursões à comunidade Nova Alegria, em uma articulação mediada pela Coordenação de Educação Indígena da Secretaria Municipal de Educação de Parintins (Semed), e as narrativas afro-amazônicas, a partir do trabalho com a comunidade de Santa Tereza do Matupiri, que constitui a Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB), com mediação e parceria do Instituto Cultural Ajuri (Inca).

NARRATIVAS AUTÔNOMAS, NET-ATIVISMO E CIDADANIA DIGITAL

Os números do Censo 2022 (Brasil [...], 2023) mostram um salto na população indígena do Brasil: atualmente, corresponde a mais de 1,69 milhão de pessoas, isto é, 88% a mais do que o registrado no Censo anterior, de 2010. Também houve um aumento no número de Terras Indígenas legalmente demarcadas, passando de 505 para 573 entre 2010 e 2022. Não é errado afirmar que este salto é fruto, entre outros motivos, de um processo em curso de autorreconhecimento indígena², em especial entre aqueles que vivem em territórios urbanos, e da ressurgência de etnias, em função de uma superação das

interpretações folclorizantes das vozes indígenas emergentes dentro e fora do cenário midiático contemporâneo. Parte desse processo foi mapeado por Eliete Pereira (2023), em uma genealogia da comunicação digital indígena no Brasil a partir do surgimento da internet. Iniciativas como Rede Povos da Floresta, Índios Online, Rádio Yandê, Mapa Cultural Suruí, Centro de Documentação Digital Ikpeng, #SomosTodosGuaraniKaiowás, Escuta da Floresta, Portal Muká Mukau Mídia Indígena³, elencadas no inventário, são exemplos de vozes que transbordam de seus pedaços de mundo em colaboração com as tecnologias digitais.

Eliete Pereira (2023) lembra que não há estatísticas sobre a digitalização de aldeias e a presença de grupos indígenas na internet. Mas é certo afirmar que o processo se expandiu por meio das iniciativas de organizações não governamentais e de organizações governamentais executoras de políticas públicas de inclusão digital. Os blogs pessoais e os sites de associações apareciam como as primeiras manifestações, mas, a partir da reorganização dos fluxos informacionais na Web 2.0, a expressão indígena brasileira digital concentrou-se especialmente nas redes sociais. As iniciativas inventariadas dialogam diretamente com a ideia de uma autonomia narrativa.

Um exemplo que ilustra essa afirmação é o do Mapa Cultural Suruí, desenvolvido em 2007, a partir de uma iniciativa inédita entre o povo Suruí Paiter, de Rondônia, e o Google Earth. O líder do grupo, Almir Narayamoga Suruí, elaborou um conjunto de ações em parceria com a Big Tech para “reunir conhecimento tradicional e tecnologia, na gestão territorial e ambiental da sua terra indígena” (Pereira E., 2023, p.138). A primeira ação foi o desenvolvimento do Mapa Cultural Suruí Paiter, a reconstrução cartográfica do território desse povo utilizando as ferramentas do Google Earth, Picasa, Google Docs e YouTube. Da experiência do Mapa Cultural Suruí, notamos uma relevante diferença de autonomia em relação ao segundo exemplo, o movimento #SomosTodosGuanariKaiowá, o qual Eliete Pereira (2023, p.141) considera “a experiência mais emblemática de net-ativismo indígena nos últimos anos”.

Em 2012, indígenas da comunidade Guarani-Kaiowá Pyelito Kue/Mbarakay, vivendo em um território em processo de reconhecimento próximo à cidade de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, tornaram pública uma declaração de suicídio coletivo de 170 homens, mulheres e crianças depois de terem recebido uma ordem de despejo decretada pela Justiça de Naviraí, cidade vizinha. “Em pouco tempo, a difusão da declaração na Internet repercutiu num movimento espontâneo nas redes digitais [...]. Essa ação provocou uma

pressão inédita sobre o governo e a Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) para que agissem diretamente na mediação do conflito” (Pereira E., 2023, p.141). O episódio inaugurou a inserção brasileira em lutas sociais tecnopolíticas, antecipando as mobilizações de Junho de 2013, o movimento social em rede que tomou as ruas e as telas do Brasil no ano seguinte.

Por meio da criação de blogs, sites, páginas e perfis nas redes sociais digitais - Facebook, Instagram, Twitter etc. -, canais de áudio e vídeo no YouTube e nas plataformas de streaming, essas vozes se encontraram na produção de narrativas autônomas, que podem ser definidas como “uma infinidade de relatos diversos, unidos pela ideia de visibilizarem situações que costumam ficar de fora do agendamento midiático, frequentemente a partir de plataformas de acesso gratuito” (Laia, 2023, p.3). A diferença entre o que chamamos de narrativas autônomas, em relação a outros modos de produzir narrativas midiáticas não hegemônicas, abordadas em outras tradições robustas de pesquisa no campo da Comunicação, é que elas são geradas em uma ecologia midiática reticular (Di Felice, 2017), ou seja, no ambiente comunicativo criado pelo processo de digitalização, em que redes digitais funcionam como ecossistemas capazes de conectar humanos, não humanos, dados e territórios. Não se trata apenas de transmitir informações, mas de produzir “condições habitativas específicas, capazes de alterar o estatuto inicial de natureza dos membros, humanos e não humanos” (Di Felice, 2017, p.11).

Porém, ao mesmo tempo, hoje seria redutor chamar esse tipo de produção de independente, diante do papel das gigantes da tecnologia na gestão da informação, em um ambiente digital plataformizado. “É por isso que o termo autônoma diz respeito não à independência, mas à possibilidade, à potência de encontrar frestas para a destabilização de redes numa ecologia comunicacional de plataformas” (Laia, 2023, p.20). A emergência de vozes das bordas do planeta (Laia, 2023) é um dos contextos de produção em que é possível observar o fenômeno, formado a partir da apropriação dos meios de produção de narrativas plataformizadas por grupos que estavam fora da agenda pública midiática, especialmente aqueles cuja existência está ligada aos seus territórios, ou, nas palavras de Ailton Krenak (2019, p.21) “aqueles que ficam meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina. São caiçaras, índios, quilombolas, aborígenes - a sub-humanidade”. Ou seja, essa experiência inclui a presença indígena na internet,

como inventariada por Eliete Pereira (2023), mas também uma série de outras experiências de povos tradicionais.

Massimo Di Felice (2017) chamou de net-ativismo o processo de tomada coletiva da palavra, que se intensificou desde a Primavera Árabe, em 2011. O movimento de revolta social em rede chegou ao Brasil com o Junho de 2013 e, de certa forma, tem desdobramentos em curso até hoje. Desde as primeiras conexões da internet já havia experiências resultantes da sinergia entre pessoas, movimentos e tecnologias digitais, a exemplo do movimento indígena Zapatista, que, em meados de 1990, ampliou as questões abordadas inicialmente em Chiapas, no México - contra a entrada do país no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), com o Canadá e os Estados Unidos -, para uma luta contra o neoliberalismo por todo o globo.

Cerca de dez anos depois, com a entrada na fase Web 2.0, a partir da criação de páginas, perfis e canais pessoais em redes hiperconectadas, outros movimentos - Anonymous, Primavera Árabe, Geração à Rasca, Movimento 15-M (Indignados), Occupy Wall Street, Jornadas de Junho de 2013 etc. - ajudaram a expandir a ideia de comum por meio de novas formas de colaboração e resistência que se propagam em um fenômeno de tomada coletiva da palavra de alcance global. À luz do conceito de net-ativismo, tais fenômenos podem ser compreendidos como

Um agir em rede, como uma ação coletiva, impulsionada pela descrença nos valores das instituições que até então ditavam as regras para a base da pirâmide - ordem cada vez mais desestabilizada com o advento da internet, sobretudo em sua fase web 2.0 (Magalhães, 2018, p.84).

Enquanto os movimentos ativistas anteriores à internet geralmente focalizavam o diálogo com políticos para terem suas pautas contempladas - em campanhas eleitorais, projetos e políticas públicas ou medidas governamentais -, o net-ativismo se desenvolve em forma de rede, horizontal, rompendo a lógica da participação pelos canais políticos tradicionais. Em outras palavras, por meio do net-ativismo e da circulação de narrativas autônomas na fissura das plataformas digitais, desenha-se uma nova forma de cidadania em colaboração com toda a sorte de entidades (humanas e não humanas), para além da ideia clássica ocidental, que limitava o poder de decisão aos sujeitos humanos em torno da pólis, por meio de assembleias e parlamentos, seja pelo poder do voto ou do levantar das mãos.

Para Massimo Di Felice (2020, p.7), na teia dessa nova ecologia reticular, a ideia contemporânea de cidadania se constrói em comunhão com o digital, definindo o termo cidadania digital para denominar “a expansão dos direitos e das formas participativas parlamentares” por meio do advento desse “novo tipo de comum, conectado e interativo”. Em colaboração com as plataformas digitais, a construção dessa cidadania sinaliza

A transição de formas subjetivas e humanísticas de interação e cidadania para formas digitais, algorítmicas e infoecológicas de participação e de vida. É necessário mudar nossa concepção do social e nos prepararmos para habitar as infoecologias e as redes do mundo que está por vir (Di Felice, 2020, p.181).

É nessa perspectiva que convém, portanto, investigar como as “bordas do planeta” se inscrevem na ecologia da cidadania digital. Para tal, direcionamos nosso olhar para a questão da conectividade e para a potência de produção de narrativas autônomas na região do Baixo Amazonas, sensível às particularidades das dinâmicas de interação dos seus povos com as tecnologias digitais.

CIDADANIA DIGITAL NO BAIXO AMAZONAS

Para apresentar parte dos resultados do projeto, convém refazer os passos dos pesquisadores antes de entrarem nas canoas, nos barcos e nas lanchas e percorrerem as estradas líquidas do Rio Amazonas, Andirá, Boa Vista do Ramos e Uaicurapá. A primeira das comunidades abordadas no projeto foi o quilombo de Santa Tereza do Matupiri, distante 330 quilômetros de Manaus, capital do Amazonas, com uma população estimada em 140 famílias quilombolas e 250 comunitários no total. Ele fica situado nos limites da Terra Quilombola Rio Andirá e é sede da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB), constituída também pelas comunidades de Boa Fé, Ituquara, São Pedro e Trindade (Albuquerque; Ferreira, 2019). Já a aldeia Nova Alegria, a segunda comunidade a que nos referimos, faz parte do território indígena Sateré-Mawé, que se divide em três grandes regiões: Rio Andirá, em Barreirinha; Rio Marau-Urupadi, em Maués; e Rio Uaicurapá, em Parintins. A comunidade faz parte desta última região - com São Francisco de Assis, Vila da Paz, Vila Batista, Nova Galileia, Monte Carmelo e Ipiranga - e tem cerca de 170 habitantes (Simas; Fernandes; Pereira, 2016).

A etapa de mapeamento da presença desses grupos no ambiente digital antecedeu as visitas às comunidades e se desenvolveu por meio de buscas direcionadas de registros em sites, fóruns, perfis e páginas em redes sociais e outras plataformas online em que

tais comunidades estivessem ativas. Como resultado das buscas, constatamos uma presença digital praticamente inexistente tanto da FOQMB quanto da comunidade Nova Alegria, pois nenhum dos dois grupos apresentava perfil nas redes sociais digitais na época desta etapa da pesquisa (realizada no primeiro semestre de 2023, entre os meses de janeiro e abril). No levantamento, foram consideradas as redes sociais digitais mais utilizadas naquele período, como Facebook, Instagram, X (antigo Twitter) e YouTube. As palavras-chave inseridas nos recursos de busca foram: 1) Nova Alegria, povo Sateré-Mawé Parintins, Comunidade Nova Alegria; 2) Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, FOQMB, Federação Quilombolas, Quilombolas do Andirá, Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, Itaquara, São Pedro, Trindade (Magalhães; Nascimento, 2024).

Diferentemente de outras regiões do estado, não foram identificadas no Baixo Amazonas iniciativas de ativismo em rede. A ausência digital identificada compromete, em certa medida, a comunicação e a visibilidade dessas comunidades e suas iniciativas. No caso do Baixo Amazonas, partimos da hipótese de que tal ausência se deve à instabilidade do acesso à internet na ilha de Parintins e nas comunidades circunvizinhas, uma vez que apenas em 2023 essas localidades foram ligadas ao sistema nacional de energia elétrica, por meio do Linhão de Tucuruí, uma linha de transmissão que leva a energia produzida na Hidrelétrica de Tucuruí à região situada ao norte do Rio Amazonas, no Brasil. Em virtude disso, decidimos incluir no diagnóstico da pesquisa a aplicação de um questionário, elaborado pela equipe de pesquisadores, com a finalidade de coletar dados mais realistas sobre as comunidades com as quais trabalhamos no projeto.

VISITAS DE CAMPO E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

No Quilombo de Santa Tereza do Matupiri (Barreirinha-AM), as atividades do Projeto Cidadania Digital foram desenvolvidas em duas visitas distintas. Na primeira delas, ocorrida em maio de 2023, havia um limite de lotação na lancha (seis pessoas) e não sabíamos como seria a recepção da comunidade nem as condições de desenvolvimento das atividades propostas. Por conta disso, planejamos uma programação cultural, que incluiu uma oficina de fotografia e a apresentação das atividades da Escola Afro-Amazônica pelo Instituto Cultural Ajuri. A participação ativa dos comunitários, vindos de diferentes quilombos do Rio Andirá, levou-nos a retornar a Santa Tereza do Matupiri em agosto do mesmo ano. Desta vez, em maior número de visitantes, com melhor estrutura e uma

programação mais ampla, houve toda a logística envolvida no deslocamento de cerca de 20 pesquisadores, para além do barqueiro e da equipe de apoio. A coordenação do projeto precisou cuidar da segurança, alimentação e acomodação - dormimos duas noites nas redes, espalhadas no próprio barco.

Também no mês de agosto de 2023, houve a primeira visita à aldeia Nova Alegria, situada às margens do Rio Uaicurapá, em Parintins (AM). Nesta primeira ida à Nova Alegria com a equipe de pesquisadores convidados, o cenário era outro: céu azul, mata verde, rio cheio, salas também. Já a segunda visita à comunidade indígena ocorreu dois meses depois, em outubro de 2023, com parte da equipe original e outras pesquisadoras. A paisagem também foi outra em relação à primeira visita: acinzentada, por conta das queimadas na região, e em muitos pontos desértica, em decorrência da seca histórica na Amazônia de 2023.

No caso do Quilombo Santa Tereza do Matupiri, contamos com a articulação da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha (FOQMB), que convidou membros de diferentes comunidades congregadas pela entidade para as atividades que planejamos naquele local. Tal contato entre a nossa equipe e a Federação teve o intermédio do Instituto Cultural Ajuri (INCA), que nos acompanhou nas atividades de campo durante as duas visitas. Já no caso das ações da comunidade indígena Nova Alegria, tivemos o apoio da Coordenação da Educação Escolar Indígena da Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Parintins, tanto na organização das atividades quanto na intermediação com as lideranças da aldeia.

Ao desembarcarmos nas comunidades, no Quilombo Santa Tereza do Matupiri e na aldeia indígena Nova Alegria, apresentamos o projeto aos participantes presentes e aplicamos os questionários para conhecer as condições de conectividade em cada uma delas. No Quilombo Santa Tereza do Matupiri, 26 pessoas responderam aos questionários, com idades entre 13 e 78 anos, metade mulheres e metade homens. A maior parte dos respondentes se declarou preta (92,3%), seguida por parda (7,7%); nenhuma das pessoas ouvidas pela pesquisa se declarou indígena ou branca. Do total de respondentes, 53,8% revelou ter acesso à internet. Entre as 14 pessoas que responderam acessar a internet, ainda que sem uma frequência regular, sete revelaram acessar pelo Wi-Fi (sem especificar qual), três usam a internet da escola, duas via provedor privado (Hughes Net), uma via satélite e outra revelou usar pelo celular do marido (sem especificar por qual meio). Quando perguntamos aos participantes se tinham telefone celular

próprio, 18 pessoas responderam que sim. Quanto às formas de acesso à internet, a maioria indicou entrar mais na rede via telefone celular (90,5%), seguida por notebook (14,3%) e computador pessoal (9,5%). Mais da metade dos respondentes (60%) revelou pagar para acessar a rede. Entre as redes sociais mais utilizadas, em primeiro lugar ficou o WhatsApp (91,3%), seguido de Facebook (47,8%), Instagram (30,4%) e YouTube (26,1%). Como poderiam indicar mais de uma opção, 52,2% dos respondentes também revelaram usar o e-mail.

Na aldeia Nova Alegria, aplicamos o questionário entre 29 participantes das atividades do projeto, com idades entre 21 e 57 anos. A maioria dos respondentes era composta por homens (72,4%), e apenas oito mulheres (27,6%) participaram do diagnóstico. A maior parte deles revelou ser de Nova Alegria (8), seguido pelas seguintes comunidades ou aldeias: Vila Batista (6), Vila da Paz (6), São Francisco de Assis (5), Nova Galileia (1) e Santa Ana (1), enquanto dois deles não informaram a origem. Do total de respondentes, a maior parte se autodeclarou indígena (75,9%), em seguida como pardo (17,2%) e preto (6,9%); ninguém se reconheceu como branco. Em relação à questão da conectividade, grande parte dos respondentes, 93,1%, declarou possuir celular próprio, mas quando perguntados sobre o acesso à internet o índice caiu para 75,9%. Este acesso se dá sobretudo por meio da internet da escola (85,7%), já que apenas dois respondentes informaram acesso via provedor particular, sendo um via Hughes Net (7,1%) e o outro via Wi-Fi (7,1%), apesar de não especificar qual. Como dispositivo de conectividade, todos os respondentes revelaram acessar pelo celular. Como poderiam indicar mais de uma opção, 17,9% deles indicaram o acesso também por notebook e 3,6% (apenas 1) por computador pessoal. A maioria dos respondentes (77,8%) revelou não pagar para acessar. A plataforma de rede social mais usada por eles foi WhatsApp (88,9%), seguida por Facebook (81,5%), YouTube (33,3%) e Instagram (25,9%). Como poderiam indicar mais de uma opção, 63% dos respondentes também revelaram usar o e-mail.

OFICINAS E DIAGNÓSTICO DE ACESSO À INTERNET

A equipe tomou o mapeamento inicial como base para as atividades de campo, mas, ao mesmo tempo, aceitou o desafio de ajustar as propostas no momento de realizá-las, adequando-as às especificidades de cada localidade. Na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, por exemplo, foi realizada uma oficina de introdução à fotografia, na qual também participaram membros dos cinco quilombos que constituem a associação, em

duas etapas. Na primeira, foram apresentados os conceitos básicos sobre a linguagem da fotografia e o funcionamento dos dispositivos fotográficos, estimulando, assim, a troca cultural e o intercâmbio de saberes entre os integrantes do projeto e os participantes da oficina.

Já a segunda parte da oficina foi voltada para o exercício prático da fotografia, em que cada participante utilizou seus próprios aparelhos celulares para fazer a foto daquele que eles consideravam o seu “lugar favorito” (Silva, 2024). Alguns participantes optaram por fotografar paisagens do campo de futebol próximas à comunidade, construções, ruínas e até o pôr do sol. Por conta da dificuldade de conectividade na região, foi criado um grupo na plataforma do WhatsApp, no qual foram incluídos todos os contatos telefônicos, para que os participantes pudessem compartilhar, quando conectados, as imagens que fotografaram. Após a troca, as fotografias resultantes da oficina foram selecionadas para compor uma exposição fotográfica que reuniu 20 imagens. De caráter itinerante, a exposição começou na UFAM, em Parintins (no período entre 19 e 22 de agosto de 2023), e, posteriormente, no dia 23 de agosto do mesmo ano, foi devolvida à comunidade quilombola de Santa Tereza do Matupiri, em Barreirinha-AM, lugar de origem dos trabalhos.

Outra iniciativa do projeto foi a produção de oficinas de tecnologia social da memória, realizadas no Matupiri e em Nova Alegria, com o propósito de preservar e compartilhar memórias e tradições da comunidade. Os encontros realizados em agosto de 2023 buscaram compartilhar metodologias e técnicas de registro da memória oral e de produção de narrativas históricas com os participantes daquelas comunidades. No primeiro momento, foram apresentados, em linhas gerais, os objetivos da oficina e o significado da tecnologia social da memória, proposta pelo Museu da Pessoa, como metodologia de registro e produção de narrativas históricas (Pereira, 2024). Também foram gravados relatos audiovisuais dos participantes sobre a atuação das parteiras na comunidade Santa Tereza do Matupiri, por exemplo, ou sobre a origem do guaraná pelo povo Sateré-Mawé, em Nova Alegria. Tais relatos foram produzidos e registrados de forma compartilhada pelos comunitários e pesquisadores.

As oficinas de etnoterritorialidade dos povos tradicionais buscaram mapear os mitos e os mundos dos povos tradicionais por meio de desenhos. Esses encontros envolveram professores da rede pública de ensino e crianças em idade escolar. A metodologia das oficinas buscou estimular a prática, entre os participantes, de desenhos com giz de cera,

em folhas A4, do território onde viviam, de forma livre, para que pudessem retratar tanto a construção da comunidade como as entidades cosmológicas que também habitam aquele território. Ao final do exercício, os participantes foram convidados a descrever os desenhos para os pesquisadores, que gravaram os relatos em áudio via smartphone. Por fim, com base nos desenhos e nos relatos registrados, os ministrantes da oficina criaram um mapa digital com a geolocalização (Google Earth) de seres encantados - como a cobra grande, a sereia lara, o boto, o curupira, entre outras entidades da encantaria amazônica que habitam as cosmologias locais (Franco; Franco, 2024).

As duas comunidades também receberam oficinas de produção de vídeos com telefone celular, com o objetivo de fomentar a produção autônoma de narrativas audiovisuais entre os povos ribeirinhos. A proposta apostou na prática de produção de vídeos com telefones celulares, o que se revelou adequado dado o uso majoritário de smartphones para acessar a internet nessas comunidades, ainda que de forma precária e compartilhada. Tais oficinas partiram de uma introdução teórica, passaram por técnicas da linguagem audiovisual até chegarem ao uso do telefone celular para o registro de imagens. Na última etapa, os participantes experimentaram a gravação das imagens em smartphones próprios ou da equipe de pesquisadores. Em seguida, a equipe os adicionou em um grupo de WhatsApp para compartilhar as imagens que resultaram em vídeos reunidos no site do projeto (Laia, 2024).

Ao todo, o projeto ofertou 11 oficinas ao longo de 18 meses de duração, sendo quatro oficinas para os membros da comunidade indígena Nova Alegria (Tecnologia Social da Memória, Artes Amazônicas, Vídeos com o Celular e Narrativas Autônomas, Enoterritorialidades) e quatro oficinas para as comunidades quilombolas pertencentes à FOQMB (Tecnologia Social da Memória, Oficina de Fotografia, Narrativas Autônomas e Vídeo com Celular, Enoterritorialidades)⁴. Essas atividades não apenas desenvolveram habilidades técnicas, mas buscaram conscientizar os participantes quanto às possibilidades de produção e disseminação de conteúdo online. Inicialmente, projetamos ofertar também oficinas de produção e gerenciamento de redes sociais. Contudo, a iniciativa demandava prática com acesso à internet.

Embora a FOQMB tenha se mostrado positiva quanto às atividades desenvolvidas na comunidade, não houve de fato um avanço em direção à criação desses canais comunicacionais na internet até a data de encerramento deste projeto. Ainda assim, as oficinas e atividades incentivaram as comunidades a se tornarem mais engajadas

em questões sociais e políticas locais. Por exemplo, a oficina de produção de vídeos, realizada na comunidade indígena Nova Alegria, demonstrou como as comunidades poderiam utilizar a tecnologia para denunciar injustiças e promover a defesa de seus direitos. Os participantes se mostraram interessados na produção desses conteúdos e chegaram a compartilhar alguns vídeos após a realização da oficina, no grupo criado com membros do projeto.

Os produtos - fotografias, podcasts, radionovelas, vídeos, fotolivro, radiodocumentários - foram publicados na plataforma multimídia do projeto⁵ e disponibilizados para as comunidades, que ainda enfrentam inúmeras limitações de acesso à internet, sobretudo nas zonas rurais. Identificamos aí o maior entrave para uma experiência eficaz, autônoma e contínua no âmbito do net-ativismo e da cidadania digital dessas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência descrita neste texto tensiona a noção de cidadania digital, aspecto fundamental na construção de um conceito sólido, mas, ao mesmo tempo, poroso o suficiente para se impregnar da realidade. Para isso, é importante, no campo conceitual, distinguir a natureza da conectividade do Baixo Amazonas, mas também de outras regiões da Amazônia, visto que, pelos relatos e observações, a região vive um processo intermitente de digitalização. A presença física na geografia amazônica, cujo tempo está marcado muito mais pelas curvas lentas do rio do que pela velocidade da fibra ótica, traz outras questões importantes que se contrapõem, em uma primeira mirada, à perspectiva integrada (e por que não afirmar, esperançosa) de uma cidadania digital. A falta de acesso à banda larga, mas também a simples ausência de sinal de telefone para ligações, cria dúvidas sobre as condições para a produção de expressões autônomas em espaços considerados “remotos” pelo Brasil das regiões Sul e Sudeste. Por outro lado, é preciso pensar qual foi e qual é o espaço de visibilidade alcançado até então na cobertura midiática pelos povos das bordas do planeta. É preciso, ainda, avaliar qual é a possibilidade concreta de as expressões desses povos serem traduzidas de modo autônomo, menos redutor, para além dos modos de produção emulados pelo net-ativismo.

Este caminho já vem sendo percorrido por outros povos das bordas, nas periferias urbanas. Indígenas e quilombolas, em outras regiões do país, mas também na Amazônia, têm desenvolvido tecnologias sociais próprias para driblar as dificuldades de acesso à

internet, como é o caso da Rede Wayuri de comunicadores indígenas, já citada neste artigo, com membros de 23 etnias, com sede na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, que produz predominantemente boletins em áudio, devido ao acesso também precário à internet para distribuição de outros formatos. A distribuição pode se dar tanto digitalmente quanto analogicamente, por meio de pendrives que são enviados por barcos para pontos remotos e depois reproduzidos em rádios-postes ou rádios-árvores, bem como disseminados por carros de som (Lozovei, 2021).

É necessário levar em conta também o fato de que já há tecnologia comercial disponível para franquear o acesso à internet em territórios remotos, como é o caso das antenas Starlink, empresa de comunicação via satélite do bilionário Elon Musk, que tem mudado rapidamente a ecologia conectiva mapeada nesta pesquisa. Tal tecnologia, inclusive, já vem sendo usada em iniciativas como o projeto Conexão Povos da Floresta⁶, que pretende, em três anos, conectar mais de cinco mil comunidades amazônicas indígenas, quilombolas e extrativistas. Porém, ainda que os valores para compra do kit e da manutenção do serviço sejam razoáveis, inclusive para projetos com pouco aporte financeiro, há uma questão fundamental de governança envolvida no uso dessa tecnologia. A Starlink, detentora de uma rede de satélites de baixa órbita para promoção do acesso à internet a partir de qualquer ponto, já expressou desinteresse em utilizar os dados de acesso e navegação para importantes finalidades, como a identificação de garimpeiros que usam essas antenas dentro da Terra Indígena Yanomami, pela Polícia Federal, ou a parceria com projetos para identificação de antenas Starlink não autorizadas pelas comunidades no território da Terra Indígena Vale do Javari (Valente, 2024).

Diante disso, entendemos ser importante também investir em pesquisa e inovação para o desenvolvimento de alternativas de acesso à internet a partir de tecnologia de livre acesso, de baixo custo e de fácil manutenção, mas também com uma arquitetura de rede pensada e desenvolvida a partir das necessidades e modos de vida das comunidades que a acessam. Por consequência, é preciso também ampliar uma reflexão mais crítica acerca das implicações políticas e éticas da adoção de soluções tecnológicas, como a Starlink, em territórios indígenas e quilombolas, especialmente na Amazônia. Assim, nossa pesquisa é apenas um passo inicial. Nas entrelinhas dessa rede e diante dos desafios de conectividade encontrados nas bordas do Baixo Amazonas, também aprendemos com os comunitários outras formas de conexão com a floresta, com a cidade, com a

ancestralidade, com o mundo. Modos de ser e estar que escapam das teorizações acadêmicas, das rígidas normas das agências de fomento à pesquisa e do olhar metodológico do pesquisador, que independente das lentes de origem, tem a possibilidade de voltar para casa em profundo processo de amazonização.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Renan; FERREIRA, Georgio Ítalo. Dos relatórios provinciais à polifonia dos moradores do quilombo de Santa Tereza do Matupiri-Andirá/AM, Norte do Brasil. **Revista História & Perspectivas**, v.31, n.59, p.36-55, 2019. Doi: 10.14393/HeP-v31n59p36-55.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL tem 1,69 milhão de indígenas, aponta Censo 2022. **Secretaria de Comunicação Social**, 7 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/08/brasil-tem-1-69-milhao-de-indigenas-aponta-censo-2022>. Acesso em: 13 set. 2025.

DI FELICE, Massimo. **A cidadania digital: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2020.

DI FELICE, Massimo. A cidadania digital e a complexidade amazônica (ideias para acelerar o fim do Antropoceno). In: MAGALHÃE, Marina; DI FELICE, Massimo; FRANCO, Thiago. (Orgs.). **Cidadania digital: a conexão de todas as coisas**. São Paulo: Alameda, 2023, p.27-48.

DI FELICE, Massimo. **Net-ativismo: da ação social para o ato conectivo**. São Paulo: Paulus, 2017.

DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete da Silva. Formas comunicativas do habitar indígena: a digitalização da floresta e o net-ativismo nativo no Brasil. In: DI FELICE, Massimo; PEREIRA, Eliete da Silva. (Eds.). **Redes e ecologias comunicativas indígenas: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2017, p.41-62.

FRANCO, Thiago; FRANCO, Taynnara. A etnoterritorialidade e as memórias conectivas na Floresta Amazônica. In: MAGALHÃES, Marina; MEDEIROS, Evandro; FRANCO, Thiago; NASCIMENTO, Sebastião, (Eds.). **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUFAM, 2024, p.107-121.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAIA, Evandro José Medeiros. Notas para uma ecologia das narrativas autônomas em audiovisual streaming: do Junho de 2013 à pandemia. **Mídia e Cotidiano**, v.17, n.2, p.1-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/57398>. Acesso em: 9 out. 2025.

LAIA, Evandro José Medeiros. Desafios para autonomia narrativa no Baixo Amazonas: a experiência de duas comunidades ribeirinhas. In: MAGALHÃES, Marina; MEDEIROS, Evandro; FRANCO, Thiago; NASCIMENTO, Sebastião, (Eds.). **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUFAM, 2024, p.133-154.

LEMO, André. Dataficação da vida. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v.21, n.2, p.193-202, 2021. Doi: 10.15448/1984-7289.2021.2.39638.

LOZOVEI, Jéssica Cristina. Estudo da Rede de Comunicadores Wayuri. **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v.17, n.1, 2021, p.241-260. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2249>. Acesso em: 13 set. 2025.

MAGALHÃES, Marina. **Net-ativismo: protestos e subversões nas redes sociais digitais**. Lisboa: ICNOVA, 2018.

MAGALHÃES, Marina; NASCIMENTO, Sebastião. Mapeamento e diagnóstico da presença de comunidades ribeirinhas do Baixo Amazonas na internet. In: MAGALHÃES, Marina *et al.* (Eds.). **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUFAM, 2024, p.88-106.

MARTÍNEZ DOMINGUEZ, Marlen; GÓMEZ NAVARRO, Dulce. Brecha digital en la población indígena de Oaxaca: evidencia del acceso a Internet. **Inmediac. Comun**, v.19, n.1, 2024, p.157-179. Doi: 10.18861/ic.2024.19.1.3557.

PEREIRA, Eliete da Silva. Genealogia e perspectivas epistemológicas da comunicação indígena digital no Brasil. In: MAGALHÃES, Marina; DI FELICE, Massimo; FRANCO, Thiago (Orgs.). **Cidadania digital: a conexão de todas as coisas**. São Paulo: Alameda, 2023, p.129-154.

PEREIRA, Eliete. Temporalidades amazônicas e tecnologias digitais: narrativas e conexões multiespécie. In: MAGALHÃES, Marina *et al.* (Eds.). **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUFAM, 2024, p.155-175.

PEREIRA, Jullie. Indígenas em contexto urbano buscam identidade e usam autodeclaração para assegurar direitos. **InfoAmazônia**, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/06/20/indigenas-em-contexto-urbano-buscam-identidade-e-usam-autodeclaracao-para-assegurar-direitos/>. Acesso em: 13 set. 2025.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v.22, n.1, 2020, p.2-10, 2020. Doi: 10.4013/fem.2020.221.01.

SILVA, Marcelo Rodrigo da. Quilombo, fotografia e cidadania digital na Amazônia. In: MAGALHÃES, Marina *et al.* (Eds.). **Relatos de uma (in)certa Amazônia**. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus: EDUFAM, 2024, p.122-132.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço; FERNANDES, Tayana; PEREIRA, Adryelle. A Língua sateré-mawé em contexto urbano. In: BARTOLI, Estevan; MUNIZ, Charlene; ALBUQUERQUE, Renan. (Eds.). **Parintins: Sociedade, Território e Linguagens**. Manaus: EDUA, 2016, p161-178.

VALENTE, Rubens. Elon Musk: Governo apreende 50 antenas Starlink em garimpos ilegais na terra Yanomami. **Agência Pública**, 4 jul. 2024. Disponível em: https://apublica.org/2024/07/elon-musk-governo-apreende-50-antenas-starlink-em-garimpos-ilegais-na-terra-yanomami/?utm_source=substack&utm_medium=email. Acesso em: 13 set. 2025.

NOTAS FINAIS

1. Este artigo é um dos produtos resultantes do Projeto Cidadania Digital, desenvolvido no âmbito do Programa Humanitas - CT&I, com recurso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), edital nº 005/2022. A organização dos dados em formato de artigo é resultado da pesquisa de pós-doutorado “Floresta Conectada: redes digitais e tecnologias ancestrais nas experiências de narrativas autônomas indígenas no Brasil”, realizada na Università di Roma La Sapienza, com recurso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da Chamada Pública MCTI/CNPq nº 16/2024.
2. O artigo 231 da Constituição Federal (Brasil, 1988, s/p) garante aos povos indígenas “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Sendo assim, os próprios indígenas, seus povos e organizações são responsáveis por assegurar esse reconhecimento, a partir de regras e medidas determinadas segundo critérios específicos para cada um deles (Pereira E., 2023).
3. O coletivo era chamado anteriormente como “Mídia Índia”, mas a partir do dia 19 de abril de 2023 adotou a nova identidade.
4. Outras oficinas foram oferecidas para a comunidade do eixo da Amazônia nipônica, parte do projeto, em parceria com a Associação Nipo Brasileira de Parintins, que não é tema deste artigo.
5. Os relatos foram reunidos posteriormente no site do Projeto Cidadania Digital. Disponível em: <https://projetcidadaniadigital.com.br/>. Acesso em 13 set. 2025.
6. Projeto Conexão Povos da Floresta. Disponível em: <https://conexaopovosdafloresta.org.br/>. Acesso em: 13 set. 2025.

SOBRE OS AUTORES

EVANDRO J. M. LAIA. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e pós-doutorando na Università di Roma La Sapienza. É doutor em Comunicação (UFRJ), com estágio na Columbia University, em Nova Iorque, Estados Unidos.

É líder do grupo Emergências: pesquisa, extensão e ativismo em comunicação (UFOP/CNPq). E-mail: evandro.medeiros@ufop.edu.br

MARINA MAGALHÃES DE MORAIS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educomunicação e Línguas da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), campus Parintins, e do curso de graduação em Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). É doutora em Ciências da Comunicação (Universidade Nova de Lisboa) e pós-doutorada em Comunicação (Università di Roma La Sapienza). E-mail: marinamagalhaes@msn.com

Artigo recebido em: 14 de dezembro de 2024.

Artigo aceito em: 31 de agosto de 2025.